

ANDRÉ PATRONI

ARTIGO

Quando o abuso no trabalho deixa de ser exceção e vira rotina » 2



CULTURA

Cultura e empresas unem forças e movem a economia criativa » 4



DIVULGAÇÃO

Tarifa dos EUA pesa mais sobre o ES do que a China

Estado tem nos norte-americanos seu principal mercado e vê setores como os de rochas ornamentais e de siderurgia mais expostos às novas sobretaxas » 3

ILUSTRAÇÃO/ESHOJE



PRISCILA ARRAES REINO

O abuso no trabalho continua, para famosos ou não

Quando um caso de abuso no trabalho ganha o noticiário, a reação costuma ser imediata: indignação, revolta e milhares de comentários nas redes sociais. Mas, passado o impacto inicial, uma pergunta permanece: quantos trabalhadores vivem situações semelhantes sem que ninguém saiba?

Os episódios recentes que mostraram funcionários em realities produzidos por influenciadores, dinâmicas corporativas questionadas e o resgate de uma trabalhadora doméstica submetida por décadas a condições análogas às da escravidão revelam diferentes formas de violação da dignidade no trabalho. Embora distintos, esses casos têm algo em comum: só passaram a existir para a sociedade porque foi rompida a barreira do silêncio.

O caso da trabalhadora doméstica talvez seja o exemplo mais contundente. Durante anos, sua rotina começava antes mesmo de a casa despertar e só terminava quando todos já haviam encerrado o dia. Preparava refeições, limpava, lavava roupas, cuidava da residência e ficava todo o tempo à disposição da família. Sem descanso adequado, sem autonomia sobre a própria rotina e afastada da convivência familiar e social, viveu por décadas privada não ape-

nas de direitos trabalhistas, mas da própria liberdade. O abuso havia se tornado parte da rotina — e, justamente por isso, permaneceu invisível por tanto tempo.

É claro que essa é uma situação extrema. Mas ela nos obriga a olhar também para formas de violência que não aparecem em operações policiais nem estampam as manchetes. Em muitas empresas, o abuso se manifesta por meio de cobranças humilhantes, exposição pública, isolamento, metas incompatíveis com a realidade, constrangimentos constantes ou um ambiente de medo, onde o trabalhador acredita que denunciar significa pôr o emprego em risco.

Não por acaso, a saúde mental passou a integrar de forma definitiva a agenda da saúde e segurança do trabalho. Burnout, depressão e ansiedade podem ser reconhecidos como doenças ocupacionais quando demonstrado o vínculo entre o adoecimento e

as condições em que o trabalho era desempenhado. Nesse contexto, a atualização da NR-1 (Norma Regulamentadora nº 1) trouxe uma mudança importante: os riscos psicossociais passaram a fazer parte do gerenciamento de riscos ocupacionais, o que impôs às empresas o dever de identificá-los, avaliá-los e adotar medidas para preveni-los e controlá-los. Isso significa reconhecer que o adoecimento nem sempre decorre de um acidente ou de um esforço físico excessivo. Muitas vezes, ele é consequência da forma como o trabalho é organizado, das metas impostas, da sobrecarga, do assédio, das humilhações reiteradas, da ausência de autonomia e de práticas de gestão que comprometem a saúde mental dos trabalhadores.

A maioria dessas situações, entretanto, jamais se transforma em notícia. Elas acontecem diariamente, longe das câmeras e dos holofotes, protegidas pelo si-

lêncio. Um silêncio alimentado pelo medo de sofrer represálias, de perder o emprego, de não conseguir uma nova colocação ou, simplesmente, de ouvir que tudo não passou de uma “brincadeira” ou de uma cobrança normal do ambiente corporativo.

É justamente por isso que tantos trabalhadores convivem durante anos com situações que afetam sua saúde física e mental sem procurar ajuda. Quando o sofrimento se prolonga, começam os afastamentos previdenciários e surgem os transtornos psicológicos e as doenças ocupacionais. Junto com isso, muitas vezes vem o sentimento de culpa de quem acredita estar falhando, quando, na realidade, está adoecendo em um ambiente que deixou de ser saudável.

Os casos que ganham repercussão cumprem um papel importante ao despertar a atenção da sociedade. Mas eles não podem se tornar uma cortina de fumaça

que nos impeça de enxergar aqueles que continuam sofrendo longe das câmeras, dos holofotes e das redes sociais. A violação da dignidade no trabalho não começa apenas quando há cárcere privado, violência física ou exploração extrema. Ela também existe quando a humilhação é naturalizada, quando o medo impede uma denúncia e quando o adoecimento é tratado como fragilidade individual, e não como consequência de um ambiente de trabalho adoecido.

Enquanto alguns abusos chocam o país, milhares de trabalhadores seguem enfrentando realidades semelhantes, em diferentes graus, porém sem nenhuma visibilidade. Romper o silêncio é o primeiro passo para que a dignidade no trabalho deixe de ser apenas um princípio jurídico e passe a ser, de fato, uma realidade.

Priscila Arraes Reino é advogada previdenciária e trabalhista

Vamos construir
juntos os próximos
capítulos dessa

HISTÓRIA?



Tarifação supera barreiras da China e pressiona o ES

Apesar da fama das tarifas chinesas, medidas adotadas pelos EUA representam maior risco

REDAÇÃO ES HOJE
jornalismo@eshoje.com.br

A pesar da percepção de que a China seria o país que mais taxa produtos brasileiros, o endurecimento da política tarifária dos Estados Unidos é hoje o principal fator de pressão sobre as exportações capixabas. Embora os chineses adotem tarifas elevadas para alguns itens específicos, são os norte-americanos que exercem a maior pressão sobre parte relevante da pauta exportadora do Espírito Santo.

Os Estados Unidos são o principal parceiro comercial do Estado e respondem por cerca de um terço das exportações. Na sequência aparecem Malásia e China, entre outros mercados relevantes. A forte dependência do mercado americano faz com que mudanças nas regras comerciais afetem diretamente empresas exportadoras, investimentos e empregos.

A política americana combina uma tarifa geral de importação de 10% com sobretaxas de até 25% sobre centenas de produtos brasileiros. No Espírito Santo, os segmentos mais atingidos são rochas ornamentais, siderurgia, metalurgia, parte do agronegócio e manufaturados. Já café, minério de ferro e celulose ficaram

fora das listas mais recentes de sobretaxação.

Presidente do Conselho Regional de Economia do Espírito Santo (Corecon-ES), o economista Ricardo Paixão afirma que o impacto vai além da cobrança do imposto.

"Quando o governo americano eleva tarifas, o produto capixaba fica mais caro na entrada daquele mercado. Ainda que o imposto seja formalmente pago pelo importador norte-americano, esse custo tende a ser dividido ao longo da cadeia. Em muitos casos, é o produtor capixaba que termina absorvendo parte da tarifa por meio de margens de lucro menores", afirma.

Segundo Paixão, a perda de competitividade varia conforme a tarifa aplicada, a concorrência internacional e a dependência das empresas em relação ao mercado americano.

"O problema não se resume à queda imediata das exportações. Há também efeitos sobre investimentos, emprego, contratos e planejamento empresarial, porque a instabilidade tarifária aumenta o risco de operar naquele mercado", diz.

A CHINA NÃO É, NECESSARIAMENTE, QUEM MAIS TAXA

Especialistas afirmam que a percepção de que a China mantém as maiores barreiras comerciais não se sustenta quando se observa a estrutura tarifária internacional. Segundo Paixão, as tarifas chinesas variam conforme o produto. Matérias-primas como minério de ferro e celulose recebem tributação reduzida, enquanto alimentos processados e produtos considerados sensíveis enfrentam maiores restrições.

"Não é correto concluir, de forma geral, que a China é o país que mais taxa produtos brasileiros. É preciso distinguir a tarifa média das tarifas aplicadas a produtos específicos", afirma.



ILUSTRAÇÃO/ESHOJE

Espírito Santo deve buscar outros mercados internacionais, defende o presidente do Corecon-ES

Rochas ornamentais mais frágeis

ILUSTRAÇÃO/ESHOJE

O SETOR de rochas ornamentais é o mais exposto às mudanças na política comercial americana. Os Estados Unidos seguem como principal destino das exportações capixabas do segmento e, somente em 2025, adquiriram cerca de US\$ 744 milhões em rochas naturais produzidas no Espírito Santo.

Além das rochas ornamentais, produtos da metalurgia, siderurgia, madeira, móveis e parte do agronegócio também enfrentam maior vulnerabilidade às sobretaxas. Já café, minério de ferro e celulose escaparam das medidas mais recentes.

"As exceções reduzem significativamente o impacto agregado porque preservam produtos responsáveis por grande parte da receita das exportações capixabas. Mas isso não elimina os riscos. As listas podem ser alteradas, há efeitos indiretos sobre custos logísticos e perma-



Setor de rochar ornamentais capixaba é o mais exposto à taxa

nece a dependência de um único mercado", destaca.

Para Paixão, o cenário reforça a necessidade de ampliar mercados consumidores e agregar valor aos produtos exportados. A estratégia inclui fortalecer a

presença do Espírito Santo na União Europeia, México, Canadá, Oriente Médio, Índia e Sudeste Asiático, além de investir em inovação, certificações de origem e redução dos custos logísticos.

VEJA COMO OS PRINCIPAIS MERCADOS TAXAM OS PRODUTOS DO ESPÍRITO SANTO

Estados Unidos

- **TARIFA** geral de 10% e sobretaxas de até 25% para centenas de produtos brasileiros. Café, minério de ferro e celulose ficaram entre as principais exceções.

China

- **As** tarifas variam conforme o produto. Minério de ferro e celulose recebem tributação reduzida. Produtos agrícolas e industrializados sensíveis podem enfrentar alíquotas maiores e cotas.

União Europeia

- **As** tarifas seguem as regras do bloco europeu e tendem a cair com o avanço do acordo Mercosul-União Europeia.

Turquia

- **As** alíquotas variam conforme o produto e a política comercial do país.

Argentina

- **O** comércio segue as regras do Mercosul e da Tarifa Externa Comum para produtos de fora do bloco.



DIVULGAÇÃO

O problema não se resume apenas a queda imediata das exportações.

RICARDO PAIXÃO, Corecon

Arte do investimento impulsiona a cultura local

Ludmila Porto conecta empresas e projetos para fortalecer a economia criativa no ES

REDAÇÃO MULTIMÍDIA
jornalismo@eshoje.com.br

A sustentabilidade dos projetos culturais hoje passa, inevitavelmente, pela capacidade de diversificar fontes de financiamento. Nesse cenário, o uso das leis de incentivo fiscal firma-se como engrenagem decisiva para impulsionar a economia criativa e promover o desenvolvimento regional. O mecanismo permite que o setor privado destine parte dos impostos devidos a ações de impacto social e artístico, gerando valor tanto para quem investe quanto para a sociedade.

À frente da Portal Produtora Cultural desde 2009, a gestora Ludmila Porto vivencia essa dinâmica na prática. Com vasta bagagem em elaboração, gestão e prestação de contas, ela foca sua atuação na captação de recursos junto à iniciativa privada. O desafio é construir pontes sólidas entre empresas e projetos capazes de gerar resultados reais e transformadores para a cena capixaba.

Diante das transformações no sistema tributário e da maior valorização dos ativos criativos, Ludmila defende que cultura e turismo assumirão papel cada vez mais estratégico no Espírito Santo. Para ela, o engajamento do empresariado não é apenas apoio: é investimento no futuro do Estado. Na entrevista a se-



DIVULGAÇÃO

“Sempre fui movida por desafios e a escassez de profissionais nessa área no ES me levou a assumir”



DIVULGAÇÃO

Além de gestão, Ludmila Porto foi co-produtora do Coral Vozes e do Coral Plural, do Governo do ES e da Águia Branca, respectivamente

guir, a produtora detalha caminhos e perspectivas do setor.

ES Hoje: Como funciona a captação de recursos pelas leis de incentivo?

Ludmila Porto: As leis de incentivo, como a Rouanet e a LICC (Lei de Incentivo à Cultura Capixaba), permitem que empresas destinem parte do imposto devido ao financiamento de projetos culturais aprovados. O projeto é cadastrado em sistema próprio das instituições governamentais, passa por análise do órgão responsável e, uma vez aprovado, pode captar recursos junto aos patrocinadores. A empresa investe parte do imposto devido e recebe o abatimento fiscal correspondente, enquanto a sociedade ganha acesso a produtos culturais.

Quais são os maiores desafios para captar patrocínios hoje?

Um dos maiores é o desconhecimento do mecanismo. Muitas empresas ainda não conhecem a lei ou têm receio de associar sua marca a projetos culturais por causa de mitos políticos que cercam o tema. Além disso, é preciso aproximar a linguagem da cultura da linguagem do mercado. As empresas precisam entender que o retorno de imagem é só uma parte do investimento, o mais relevante é o valor que ele agrega à marca, já que hoje o

consumidor se preocupa cada vez mais com os valores das empresas que consome. O impacto social também precisa ganhar peso nessa conta; afinal, o projeto cultural transforma vidas, gera renda para artistas, produtores e prestadores de serviços locais. E leva cultura a quem não teria acesso a ela, o que fortalece ainda mais a imagem da empresa investidora.

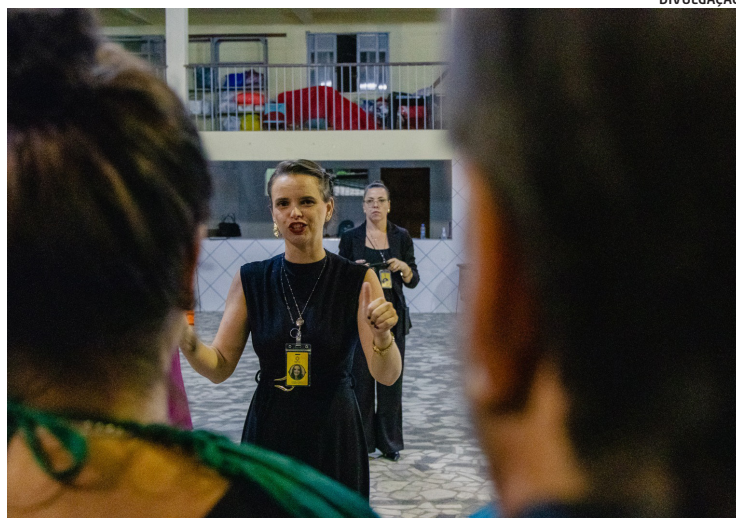
Como sua experiência em gestão de projetos contribui para esse trabalho?

Ter atuado por 27 anos elaborando, executando e prestando contas de projetos me deu uma visão completa do processo, o que me permite dialogar com segurança tanto com produto-

res quanto com investidores e empresas patrocinadoras. Atualmente, curso minha terceira formação, em contabilidade, o que contribui diretamente para uma compreensão mais aprofundada das exigências fiscais e legais que envolvem a captação de recursos. Conhecimento que me permite conduzir esse trabalho com mais cuidado e responsabilidade, ciente do impacto que ele representa para quem confia o investimento a um projeto. Essa base técnica também me ajuda a orientar produtores e artistas na hora de estruturar seus projetos, evitando erros que podem comprometer a aprovação ou a execução, e trazendo mais segurança para quem investe.

O que te motivou a dirigir uma atuação para a captação de recursos?

Sempre fui movida por desafios e a escassez de profissionais qualificados nessa área no Espírito Santo acabou me levando a assumir também essa frente para conseguir executar meus próprios projetos e auxiliar artistas locais na captação de recursos. Gosto de estudar e sempre busco cursos na área, porque acredito que formação contínua é fundamental para quem quer atuar como captador. Ao identificar que muitos projetos culturais de qualidade permaneciam sem execução por falta de patrocínio, mesmo já aprovados nas leis de incentivo, percebi que poderia atuar como essa ponte entre quem desenvolve o projeto e quem tem interesse em investir. O Espírito Santo ainda tem um percentual baixo de captação em relação a outros estados, o que mostra que há muito espaço para crescer. Diante das mudanças no sistema tributário e do crescimento da economia criativa, é fundamental que as empresas entendam a importância de investir na cultura local, já que esse setor, junto ao turismo, tende a ganhar cada vez mais peso no desenvolvimento do estado. Por fim, deixo o convite: precisamos de mais profissionais capacitados nessa área, para que mais projetos culturais saiam do papel e cheguem, de fato, à sociedade.



DIVULGAÇÃO

Segundo a gestora, é preciso capacitar mais gente nessa área